



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10980.000912/2005-61
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3102-001.450 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	25 de abril de 2012
<b>Matéria</b>	IPI - Restituição
<b>Recorrente</b>	DYQUIMICA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2004

INCONSTITUCIONALIDADE. INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS. INCOMPETÊNCIA.

Pela Súmula nº. 2 do CARF, este Conselho é incompetente para a apreciação de arguições de constitucionalidade da lei tributária, o que se reserva para o Poder Judiciário, não podendo conhecer, portanto, conhecer as argumentações do recorrente.

**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. AQUISIÇÕES À ALÍQUOTA ZERO OU ISENTAS. INEXISTÊNCIA DO DIREITO DE CRÉDITO.**

Com base na Súmula CARF nº 18 e no julgamento dos Recursos Extraordinários nº. 370.682/SC e 353.657/PR pelo Supremo Tribunal Federal, resta assentado que a aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem tributados à alíquota zero não gera crédito de IPI.

**TAXA SELIC. APlicabilidade.**

É pacífico neste Conselho, inclusive, consubstanciado na Súmula CARF nº. 4, a utilização da Taxa SELIC como taxa de juros moratórios. Outrossim, é impossível o conhecimento da arguição de constitucionalidade do referido uso.

**Recurso Voluntário Negado**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Luis Marcelo Guerra de Castro - Presidente e Redator Designado.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luis Marcelo Guerra de Castro (Presidente), Ricardo Paulo Rosa, Luciano Pontes de Maya Gomes, Winderley Morais Pereira, Álvaro Arthur Lopes de Almeida Filho e Nanci Gama.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário que chega para exame deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF em razão da insurgência do contribuinte epigrafado ao Acórdão nº. 14-29.235 (fls. 389-392), da 8ª. Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Ribeirão Preto/SP.

Em instante prévio à apreciação da manifestação recursal, convém que sejam revisitados os atos e fases processuais já vencidas.

Pois bem.

Conforme bem descrito no relato empreendido pela autoridade julgadora de origem:

*"Trata-se de manifestação de inconformidade, apresentada pela requerente, ante Despacho Decisório de autoridade da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, que indeferiu o pedido de resarcimento de créditos do IPI e não homologou a compensação de referidos créditos com débitos da própria empresa solicitados nas diversas Dcomp do presente processo.*

*Consta nos autos que o crédito tributário que se pretendeu compensar refere-se ao débito excedente do IPI incidente sobre os insumos adquiridos pelo contribuinte no período de 08/01/1999 a 28/12/2004, no montante de R\$ 192.610,00, pela aplicação da "média ponderada das alíquotas de saída, dentro do mês" ao valor dos insumos.*

*O pedido foi indeferido com fundamento na ausência de direito a crédito para insumos não onerados pelo IPI (fl. 351).*

*Cientificado do Despacho decisório, o contribuinte ingressou com manifestação de inconformidade, na qual alega, em síntese:*

*1. Que seus créditos estariam garantidos constitucionalmente pelo princípio da não-cumulatividade (CF, art. 153, §3º, II), pois o texto constitucional não traz qualquer exceção ao direito de crédito, como faz com o ICMS, e não há necessidade de norma legal que assegure o direito ao crédito de modo expresso, assim como seria inconstitucional qualquer norma que denegasse ou restringisse tal direito (fl. 371).*

2. Existe similaridade entre o texto constitucional referente ao sistema de crédito, adotado no Brasil, e as orientações existentes para a tributação pelo valor agregado, metodologia utilizada na Europa. Portanto, para atender ao princípio da não-cumulatividade, somente o valor agregado à produção pela atividade do fabricante pode gerar a obrigação tributária (fl. 373).

3 Afirma estar pacificado o tema pelo Judiciário, que entende que a aquisição de insumos com isenção ou alíquota zero dão direito ao contribuinte de creditar-se sob a mesma alíquota dos produtos a que der saída (fl. 374).

4. Reforça o acerto do procedimento por ele utilizado para efetuar a compensação, que não se trata mais de requerimento dependente de autorização por parte da RFB, mas de mera declaração de compensação, a partir da vigência da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e, portanto, deve ser homologada (fl. 378).

5. Pede que seja afastada a cobrança da taxa SELIC sobre os valores exigidos (fl. 378).

É o relatório.”

Após delimitar a matéria impugnada, a 8<sup>a</sup>. Turma da Delegacia Regional de Julgamento de Campinas/SP, através do acórdão já referenciado, manteve parcialmente a linha do Despacho Decisório de fls. 411/418, o que se colhe da ementa clara e precisa do julgado guerreado:

“ASSUNTO:           IMPOSTO           SOBRE           PRODUTOS  
INDUSTRIALIZADOS – IPI

Período de apuração: 01/01/1'999 a 31/12/2004

DIREITO AO CRÉDITO. INSUMOS NÃO ONERADOS PELO IPI.

É inadmissível, por total ausência de previsão legal, a apropriação, na escrita fiscal do sujeito passivo, de créditos do imposto alusivos a insumo isentos, não tributados ou sujeitos a alíquota zero, uma vez que inexiste montante do imposto cobrado na operação anterior.

INCONSTITUCIONALIDADE.

A autoridade administrativa é incompetente para declarar a inconstitucionalidade da lei e dos atos infrageais.”

Regularmente intimado, o contribuinte manejou o Recurso Voluntário em análise, pelo qual basicamente reitera os argumentos já deduzidos em sua manifestação de inconformidade, continuando sua defesa quanto: (i) à existência de seus créditos frente à garantia constitucional fornecida pelo princípio da não-cumulatividade, de forma a caracterizar-se como inconstitucional qualquer lei que o venha a limitar; (ii) à possibilidade de utilização do crédito presumido nas operações com insumos adquiridos a alíquota zero; (iii) à prescrição de que, pelo princípio da não-cumulatividade, somente o valor agregado à produção

pela atividade do fabricante pode gerar a obrigação tributária; (iv) ao afastamento da cobrança da taxa SELIC sobre os valores exigidos.

Em face do encerramento do mandato do conselheiro relator e de que, até a presente data, não foi formalizado o acórdão, me autodesignei para tal tarefa.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Luis Marcelo Guerra de Castro, Redator Designado

Reproduzo o voto lido em sessão, que foi acompanhado pela integralidade dos presentes, inclusive deste redator designado.

*Verificado o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, dele tomo conhecimento.*

*No mérito, o recorrente produz sua argumentação no tocante à existência de direito de crédito de IPI na aquisição de bens isentos, não tributados ou com alíquota zero, quando destinados ao ativo imobilizado e ao uso e consumo do estabelecimento, e que, portanto, estaria legislação infraconstitucional marcada por vício de constitucionalidade pois contrariaria o princípio da não-cumulatividade previsto na Constituição de 1988.*

*Nesses termos, seu primeiro argumento reside na alegação de que a legislação infraconstitucional que regulamenta o IPI padeceria de vício de constitucionalidade, dada a não observação do princípio da não-cumulatividade por não admitir que as empresas aproveitem o crédito de IPI na aquisição de insumos, produtos intermediários e matérias-primas, utilizados no processo industrial, sujeitos à alíquota zero.*

*Com relação a este tem, há de se destacar que este Conselho não é competente para conhecer ou afastar normas jurídicas tributárias em face da alegação de constitucionalidade, em que se centra as arguições do contribuinte. Nesse sentido, manifestase a súmula CARF número 2:*

*“Súmula CARF nº 2: O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária”.*

*Nesse sentido, o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em seu artigo 72 prescreve que:*

*“Art. 72. As decisões reiteradas e uniformes do CARF serão consubstanciadas em súmula de observância obrigatória pelos membros do CARF.*

*§ 1º Compete ao Pleno da CSRF a edição (apreciar proposta) de enunciado de súmula quando se tratar de matéria que, por sua natureza, for submetida a duas ou mais turmas da CSRF.*

§ 2º As turmas da CSRF poderão aprovar enunciado de súmula que trate de matéria concernente à sua atribuição.

§ 3º As súmulas serão aprovadas por 2/3 (dois terços) da totalidade dos conselheiros do respectivo colegiado.

§ 4º As súmulas aprovadas pelos Primeiro, Segundo e Terceiro Conselhos de Contribuintes são de adoção obrigatória pelos membros do CARF.” (grifos nossos)

*Impossibilita-se, portanto, por violação direta de súmula deste Conselho, o conhecimento do presente argumento da inconstitucionalidade da legislação infraconstitucional do IPI.*

*Corroborando o exposto, torna-se importante reprimir a narrativa oferecida pelo Eminent Relator da 8ª. Turma da Delegacia Regional de Julgamento de Ribeirão Preto/SP,*

*“Nesse contexto, a autoridade administrativa, por força de sua vinculação ao texto da norma legal, e ao entendimento que a ele dá o Poder Executivo, deve limitar-se a aplicá-la, sem emitir qualquer juízo de valor acerca da sua constitucionalidade ou outros aspectos de sua validade. Essa vinculação somente deixa de prevalecer quando a norma em discussão já tiver sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, ou no difuso, neste caso a partir do momento e na hipótese de produzir efeitos erga omnes (na ocorrência de qualquer das situações previstas no ordenamento jurídico).”*

*No mesmo sentido, e somente a título argumentativo, há de se apontar que este Conselho já se posicionou sobre a matéria alegada pelo recorrente, inclusive editando súmula com o intuito de regulamentá-la, a qual se lê:*

*Súmula CARF nº 18: A aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem tributados à alíquota zero não gera crédito de IPI.*

*Há de se atentar, ainda, para a discussão no tocante às decisões que aduz o recorrente na tentativa da formação de convencimento favorável à sua pretensão. Nesse sentido, não obstante colacione jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que reconheça a existência de crédito de IPI nas operações de aquisição de insumos e matérias-primas à alíquota zero ou isentas, este entendimento foi superado pela Corte nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nº. 370.682/SC e 353.657/PR. Em ambos os recursos restou assentado que não seria possível o creditamento de IPI nas operações realizadas com insumos ou matérias-primas tributadas à alíquota zero, pacificando, portanto a matéria, como se extrai das ementas abaixo:*

*EMENTA: Recurso extraordinário. Tributário. 2. IPI. Crédito Presumido. Insumos sujeitos à alíquota zero ou não tributados. Inexistência. 3. Os princípios da não-cumulatividade e da*

*seletividade não ensejam direito de crédito presumido de IPI para o contribuinte adquirente de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero. 4. Recurso extraordinário provido.*

*(STF. RE 370682, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 25/06/2007, DJe-165 DIVULG 18-12-2007 PUBLIC 19-12-2007 DJ 19-12-2007 PP-00024 EMENT VOL-02304-03 PP-00392)*

*IPI - INSUMO - ALÍQUOTA ZERO - AUSÊNCIA DE DIREITO AO CREDITAMENTO. Conforme disposto no inciso II do § 3º do artigo 153 da Constituição Federal, observa-se o princípio da não-cumulatividade compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, ante o que não se pode cogitar de direito a crédito quando o insumo entra na indústria considerada a alíquota zero. IPI - INSUMO - ALÍQUOTA ZERO - CREDITAMENTO - INEXISTÊNCIA DO DIREITO - EFICÁCIA. Descabe, em face do texto constitucional regedor do Imposto sobre Produtos Industrializados e do sistema jurisdicional brasileiro, a modulação de efeitos do pronunciamento do Supremo, com isso sendo emprestada à Carta da República a maior eficácia possível, consagrando-se o princípio da segurança jurídica.*

*(RE 353657, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 25/06/2007, DJe-041 DIVULG 06-03-2008 PUBLIC 07-03-2008 EMENT VOL-02310-03 PP-00502 RTJ VOL-00205-02 PP-00807)*

*Desta forma, qualquer entendimento em sentido contrário, ou seja, caso se admitisse a pretensão do recorrente, estar-se-ia a violar disposição sumular, bem como entendimento predominante e atual do Supremo Tribunal Federal em decisão já transitada em julgado de seu Pleno, as quais, como visto, são de adoção obrigatória pelo CARF.*

*Assim, tanto no tocante ao reconhecimento da inconstitucionalidade das restrições legais impostas ao princípio da não-cumulatividade, quanto sobre a própria possibilidade de utilização dos créditos obtidos nas operações de aquisições de matérias-primas adquiridas com alíquota zero, torna-se impossível o reconhecimento da pretensão do recorrente.*

*Ademais, quanto à aplicação da taxa SELIC como taxa de juros moratórios, o recorrente defende sua inconstitucionalidade, o que, como já exposto anteriormente, não pode ser analisado por este Conselho, já que aduz a controle de alçada exclusiva do Poder Judiciário.*

*Contudo, somente a título explicativo, faz-se mister apontar que esta utilização já é patente neste Tribunal, estando consubstanciada na Súmula CARF nº. 4, a qual é de adoção obrigatória neste Conselho:*

*“Súmula CARF nº 4: A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados*

*pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.”*

Ante ao exposto, voto no sentido de conhecer do presente recurso voluntário para lhe negar provimento.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2012

Luis Marcelo Guerra de Castro